



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007537-93.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE**
 Embargado: **LEANDRO FRANCO DE SOUZA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de embargos à execução opostos pelo **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE**, nos autos da Ação de Conhecimento Condenatória (fase executória) que lhe move **LEANDRO FRANCO DE SOUZA**, alegando falha nos cálculos do embargado, que teriam gerado excesso na execução.

Sustenta que o montante devido foi calculado erroneamente quanto à apuração das competências e, conseqüentemente, dos respectivos valores a serem devolvidos, devendo ser excluídas as competências anteriores à citação (12/06/2013). Aduz que cessou, na folha de pagamentos, os descontos a partir de novembro de 2013, portanto, na competência de outubro de 2013. Requer, então, a procedência dos embargos, para a fixação do crédito conforme o cálculo por ele apresentado, no valor de R\$ 1.154,35 (mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos).

Os embargos foram recebidos às fls. 24.

O embargado manifestou-se, concordando com a alegação de excesso de execução (fls. 29).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A matéria é exclusivamente de direito, não havendo necessidade de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

outras provas.

O pedido comporta acolhimento.

O excesso de execução foi bem demonstrado pelo embargante, que, aliás, tornou-se incontroverso diante da concordância do embargado a respeito.

Ante o exposto, correto o valor apontado pelo embargante, razão pela qual julgo procedente o pedido e determino que a execução prossiga pelo valor de R\$ R\$ 1.154,35 (mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos).

Condeno o embargado a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 100,00 (cem reais), considerando a pequena complexidade da matéria e a repetitividade do questionamento, observando-se, se o caso, o disposto no artigo 12, da Lei nº 1.060/50.

P. R. I. C.

São Carlos, 08 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**